

Glossário

**Rede Observatórios
2018**

Elaboração:

Observatório das Realidades e das Políticas Públicas do Vale do Sinos (ObservaSinos)

Observatório da Cidade de Porto Alegre (ObservaPOA)

Observatório de Políticas e Ambiente (ObservaCampos)

Observatório Estadual da Segurança do Estado do Rio Grande do Sul

Observatório de Segurança Pública de Canoas

Observatório de Segurança de São Leopoldo

Observatório da Agenda Social da ONU do Rio Grande do Sul

Observatório das Metrôpoles – Núcleo Porto Alegre

Sindicato dos Sociólogos do Rio Grande do Sul

Organizadores:

Aline Hernandez

Alexandra Michaelsen

Cristina Maria dos Reis Martins

João Santos Conceição

Karin Potter

Guilherme Tenher Rodrigues

Guilherme Horstmann

Liane Rose Garcia Bayard

Marilene Maia

Patrícia Binkowski

Salvatore Santagada

Arte:

Luis Enrique Rzemiski

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
REFLEXÕES ACERCA DO SER E DO FAZER EM UM OBSERVATÓRIO	7
PARTE 1 – TERMINOLOGIAS COMUNS	8
CONSTRUÇÃO E ATIVIDADES DOS OBSERVATÓRIOS SOCIAIS	8
APROPRIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES	8
CONFIABILIDADE E COMPROMISSO ÉTICO	8
FLUXO DE INFORMAÇÕES	8
FÓRUNS (PRESENCIAIS E VIRTUAIS) / LISTAS DE DISCUSSÃO	9
MAPEAMENTO DE CONHECIMENTO	9
MEMÓRIA ORGANIZACIONAL / LIÇÕES APRENDIDAS/ BANCO DE CONHECIMENTOS	9
OBJETIVOS DA ORGANIZAÇÃO	9
OBSERVATÓRIO	9
PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE	9
POLÍTICAS PÚBLICAS	10
PRÁTICAS DE GESTÃO DO CONHECIMENTO	10
RESULTADOS DA ORGANIZAÇÃO	10
SISTEMAS DE INTELIGÊNCIA ORGANIZACIONAL	10
VALORES E PROPÓSITOS	10
METODOLOGIAS E INSTRUMENTOS	12
ANÁLISE ESPACIAL	12
BASES DE DADOS	12
CENSO	12
GEOPROCESSAMENTO	12
GEORREFERENCIAMENTO	13
GEOINFORMAÇÃO	13
INDICADORES QUANTITATIVOS	13
MACRODADOS	13
METADADOS	14
MICRODADOS	14
POPULAÇÃO ALVO	15
SÉRIE HISTÓRICA	15
SIG - SISTEMAS DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS OU GIS - GEOGRAPHIC INFORMATION SYSTEM	15
PARTE 2 – TEMAS ESPECÍFICOS	18
DESENVOLVIMENTO HUMANO	18
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)	18
INDICADORES COMPLEMENTARES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH – IDHAD, IPM E IDG)	19
Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDHAD)	19
Índice de Desigualdade de Gênero (IDG)	19
Índice de Pobreza Multidimensional (IPM)	19
DEMOGRAFIA	20
EDUCAÇÃO	20
EXPECTATIVA DE VIDA	20
EXPORTAÇÕES	20
IDese	20
PIB	20
PIB PER CAPITA	20
TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL	20
MOBILIDADE URBANA	22
ACIDENTE	22

ACIDENTE COM MORTE	22
ASSALTO	22
BILHETAGEM ELETRÔNICA	22
CICLOVIA	22
CONCESSÃO	22
CONURBAÇÃO	22
EMPRESA CONCESSIONÁRIA.....	22
FREQUÊNCIA DE HORÁRIOS.....	23
FRETAMENTO	23
FROTA	23
INADIMPLÊNCIA.....	23
INSTITUTOS TÉCNICOS LICENCIADOS (ITLs)	23
INTEGRAÇÃO TARIFÁRIA	23
LAUDO	23
LINHA MÃE, BASE OU PRINCIPAL	23
OFERTA (LUGARES E VIAGENS).....	23
OMISSÃO DE HORÁRIOS	24
PANE VEICULAR.....	24
PASSAGEIRO.....	24
PENDÊNCIA VEICULAR.....	24
PERMISSÃO.....	24
QUEBRA DE ÔNIBUS.....	24
REAJUSTE DEFLACIONADO	24
ROTA.....	24
SERVIÇO DELEGADO	24
SERVIÇO METROPOLITANO	25
URBANIDADE.....	25
USUÁRIO.....	25
VARIANTE OU DERIVADA.....	25
VIAGEM DE DESLOCAMENTO, MORTA OU OCIOSA	25
VIAGEM EXPRESSA	25
VIAGEM PENDULAR	25
OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 7- ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL ..	26
Os OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	26
AGENDA SOCIAL DA ONU: POR UMA NOVA ETAPA DA AGENDA SOCIAL BRASILEIRA	28
PLANEJAMENTO URBANO	29
AGLOMERAÇÃO URBANA.....	29
METRÓPOLE.....	29
REGIÃO.....	30
REGIÃO METROPOLITANA	31
SANEAMENTO BÁSICO.....	34
SEGURANÇA PÚBLICA	35
ARQUITETURA INSTITUCIONAL DA SEGURANÇA PÚBLICA.....	35
CICLO COMPLETO	35
DESMILITARIZAÇÃO.....	35
ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO	35
GESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA.....	35
GUARDA MUNICIPAL	36
MODELO POLICIAL.....	36
ORDEM PÚBLICA	36
POLÍCIA CIVIL.....	36
POLÍCIA FEDERAL.....	37
POLÍCIA MILITAR.....	37
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	37
POLÍCIA	37
POLÍTICA CRIMINAL	37
POLÍTICA DE SEGURANÇA	38



INTRODUÇÃO

A Rede de Observatórios, estruturada a partir de uma sequência de Seminários realizados na Universidade Federal do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), desde 2010, contava com a participação de 24 observatórios, em 2018. Ela reúne estudiosos de diferentes áreas que, sistematicamente, encontram-se para a organização do Seminário de Observatórios realizado anualmente.

Além deste momento, o grupo tem aprimorado suas práticas realizando inúmeras atividades de intercâmbio na busca de cada vez mais qualificar seus trabalhos. Destas práticas percebeu-se a inexistência de um espaço que reunisse os termos mais adotados e pertinentes às ações desenvolvidas nestes ambientes de pesquisa. Um documento, *web site*, nuvem ou repositório que disponibilizasse referências, subsídios, verbetes e as nomenclaturas mais utilizadas.

Enquanto criação coletiva, social, territorial e histórica, traz características variadas pelo dinamismo da sociedade, da economia, da tecnologia, das relações de produção e gestão, do meio ambiente, entre outros, repercutindo em constantes atualizações com o intuito de que sejam feitas periodicamente.

A partir desta constituição, a ideia é publicar um instrumento para todos, construído por todos. Elaborado a partir da busca de referenciais e materiais, que mesmo agregando posições acadêmicas e metodológicas diferenciadas, possui a intenção de reunir conceitos orientadores para o conjunto de observatórios, no sentido de instrumentalizar e potencializar a unidade dos termos utilizados pelos mesmos. Objetivando também auxiliar na construção de uma *aproximação básica conceitual* que posteriormente será aprofundada, agregando as especificidades de cada área de dedicação dos Observatórios, e poderá ser utilizada como subsídios para a elaboração de futuras pesquisas.

A finalidade deste Glossário é reunir os conceitos utilizados pelos Observatórios, na perspectiva de buscar a compreensão destes, dada a diversidade que eles podem assumir. Esta é uma primeira experiência da Rede de Observatórios, que será um trabalho contínuo de construção coletiva, já que uma das perspectivas da Rede é publicizar os valores, os propósitos, as metodologias e os instrumentos utilizados em comum.

A proposta de desenvolvimento do glossário foi impulsionada a partir das atividades do grupo, entre elas, a **Oficina de Criação do Glossário dos Observatórios** (<http://www.ihu.unisinos.br/observasinos/fique-sabendo-2/rede-de-observatorios-da-inicio-ao-glossario-dos-observatorios>), ocorrida na H2Hub, empresa de educação empreendedora parceira da Unitec e do Parque Tecnológico de São Leopoldo (Tecnosinos), junto ao *campus* da Unisinos São Leopoldo. A oficina no dia 16 de maio de 2018 teve como objetivo reunir e divulgar termos relacionados aos processos de pesquisa, sistematização e análise de dados e de indicadores, que são trabalhados pelos observatórios.

Esta produção deverá resultar numa ferramenta de qualificação e articulação destas instâncias, que contará além do glossário, com um repositório de bibliografias básicas e bases de dados abertos, valorizando o compromisso

com a democratização da informação para a afirmação de políticas públicas e da cidadania.

Ressalva-se que os conteúdos divulgados nesse trabalho são de total responsabilidade dos autores.

Oficina de Criação do Glossário dos Observatórios



Foto: Lucas Schardong/IHU.

Reflexões acerca do ser e do fazer em um Observatório

Jonathan Madeira Rocha – Observatório de Segurança Pública de Canoas

Nos últimos anos, no Brasil, se tornou imprescindível falar em transparência, prestação de contas, participação social e acesso à informação. Mas, levando em conta a legislação brasileira, apenas a partir de 2012 passou-se a regulamentar o direito constitucional ao cidadão em exigir acesso a informações produzidas ou detidas pelo Governo. Lá se vão seis anos de vigor desta lei, e o que podemos concluir a este respeito? Devemos considerar, também, o avanço tecnológico do Estado que passa a incorporar cada vez mais o uso de computadores, softwares e outros dispositivos tecnológicos em suas rotinas. Com isto, câmeras de vigilância, detalhamento de ocorrências policiais, acidentes de trânsito, perfis demográficos, socioeconômicos, acabam gerando um volume de dados imensamente maior e concomitantemente, passa-se a exigir um nível técnico mais elevado para a lidar com estas informações. O compartilhamento da mesma, portanto, não deve ser uma simples amostra dos dados, sem qualquer interpretação. Como, então, tornar legível uma informação que passa a ser cada vez mais técnica e complexa, na medida em que crescem quase instantaneamente as bases de dados públicas?

Um caminho que vem sendo construído é a existência de locais que possuam certa autonomia em relação às práticas de governo ou do poder público, para discussão, interpretação e publicação destas informações. A busca por uma análise não influenciada pelo viés de uma gestão vai permear as diversas experiências neste sentido. Desta forma, **observatórios** e outras instituições compartilham **valores e propósitos** parecidos na busca de uma transparência cada vez mais plena. A se julgar pela possibilidade de acessar informações do poder público, podemos dizer que o resultado da Lei de Acesso à Informação foi bastante positivo. Temos, se não mensal, mas semestralmente, informações de gastos públicos, de ocorrências policiais, acidentes de trânsito. Detalhamentos específicos como o gasto de um político, ou as ocorrências de certos eventos em uma determinada região, podem ser acessadas mediante solicitação específica ou já estão compilados e publicizados em sistemas de informações. Mas este volume todo acaba sendo útil ou apenas sufoca com números a sociedade civil?

Renato Sérgio de Lima, pesquisador da área de segurança pública, defende que o grande volume de estatísticas criminais criou uma opacidade sobre o tema. Ou seja, de tantos dados, não se enxerga nada, e poucas, ou quase nenhuma, soluções são retiradas dali. O que fazer para não cair neste erro de acreditar na transparência como o simples ato de entregar números e informações para a sociedade civil?

Em uma conversa da Rede de Observatórios, problematizou-se a necessidade de reflexão sobre o fazer que une todos os observatórios, bem como sobre a necessidade de definição de alguns termos comumente acionados em nossas práticas cotidianas. Neste contexto surgiu à proposta do presente glossário, e se elencou uma série de palavras-chave sobre o trabalho de cada instituição. Talvez a **participação da sociedade civil** e sua **apropriação das informações** geradas sejam temas fundamentais nas experiências dos observatórios. “**Democracia, protagonismo, mobilização**” também foram palavras surgidas neste debate e que dizem respeito a esta maior participação da sociedade, empoderada pelo conhecimento. No entanto, como oferecer uma informação para alguém, sem saber suas demandas, interesses ou limitações? Se uma instituição não sabe para quem está entregando dados, como poderá dizer que os construiu da melhor forma? Compreender com quem está falando e, se possível, aproximar-se deste público, parece ser primordial para isto acontecer. Quanto mais à sociedade civil se sentir parte deste processo, mais transparente ele será.

“**Canal de comunicação**” foi outra palavra advinda desta conversa em rede, e muito bem podemos entender isto como a criação de um **fluxo** ou de um espaço de **interação** com a comunidade. Fóruns, debates, ou encontros, são eventos importantes para estreitar os laços entre pesquisadores, gestores e sociedade civil. Entendendo que a transparência só existirá de fato, se for negociada com o público, podemos nos perguntar, “transparente em relação a que?”. É necessário que exista um critério para pensar a “transparência”, e ele só estará claro depois de conhecermos as demandas do público que receberá as informações. Transparência, para um setor da sociedade civil, pode ser acessar planilhas recheadas de números e cálculos, para outro setor, transparência pode ser um relatório detalhado com linguagem acessível e simplificada. Enfim, não podemos acreditar que transparência é qualquer ação de divulgar dados, é também ensinar a usá-los e aplicá-los em sua vida cotidiana (ou servir à luta de grupos que se interessam por esta informação).

A **confiabilidade**, a **ética** e os **compromissos** surgem como valores técnicos que permeiam o imaginário dos observatórios também. Como já foi dito anteriormente, hoje os dados são produzidos com grande velocidade e volume, o que faz necessário que exista um corpo técnico capaz de saber selecionar e analisar estas informações e que, acima de tudo, deixe claro como este processo funciona. Abandonar a vaidade técnica e dizer que por trás de muitas interpretações e escolhas, existem decisões humanas e relações institucionais, que podem estar sujeitas a interpretações contrárias, a erro e acerto. Por isso, mais do que publicar uma nota metodológica, é necessário explicitar quais as motivações da pesquisa, se os dados forem adquiridos em uma parceria, qual a natureza destas relações, quais escolhas foram feitas para se chegar a tal resultado. Possuir um **compromisso ético** é deixar claro como funciona seu trabalho e como as análises são feitas. A confiabilidade depende desta clareza metodológica.

É necessário compreender que promover o diálogo e disponibilizar uma informação relevante, em muitos casos, é mais importante do que imensas bases de dados desordenadas e confusas. Fomentar a participação é também criar linguagens acessíveis, que dialoguem com interesses coletivos. Convidamos a todos, portanto, a conhecerem este esforço feito pela Rede de Observatórios na tentativa de sistematização destes conceitos que permeiam a essência da existência destas instituições e suas práticas profissionais.

PARTE 1 – TERMINOLOGIAS COMUNS

CONSTRUÇÃO E ATIVIDADES DOS OBSERVATÓRIOS SOCIAIS

Apropriação das informações

O conhecimento, por mais técnico que seja não deve estar afastado do grande público e dos grandes centros de debate, justamente por isso, os observatórios devem atentar para a forma como divulgam seus dados e se eles serão aprazíveis ao seu público específico. Parte do tema relativo à transparência, a apropriação de informações deve ser discutida e entendida como segmento importante deste processo.

Canal de comunicação

Estabelecer fóruns ou disponibilizar canais diretos de comunicação com outros órgãos, observatórios e também com a sociedade é fundamental para troca de experiência e conhecimento. Um mesmo tema pode apresentar diversas formas de interpretações e ser desenvolvido por distintas instituições, estabelecer um diálogo com estas diferentes abordagens pode enriquecer o trabalho desenvolvido em um observatório.

Confiabilidade e compromisso ético

Confiabilidade e compromisso ético de um observatório estão ligados aos seus valores e propósitos, ou seja, com quem a instituição está comprometida e de que forma pode se mostrar confiável a este público. Isto significa evidenciar, entre outras coisas, de que forma foi possível chegar a determinados resultados e quais procedimentos foram realizados ao longo do trabalho. O cuidado tecno-científico é, muitas vezes, aliado importante na construção da confiança perante outras instituições e para isso a transparência em todas as etapas da elaboração destas informações é indispensável.

Fluxo de informações

O bom funcionamento de um observatório depende fundamentalmente de fluxos de informações. Muitas vezes os dados são produzidos por outros setores que podem ser da mesma ou de outras instituições, tornando necessário a criação de um fluxo entre as duas pontas. Estabelecer parcerias requer diálogo e compromisso ético com a informação concedida. Uma vez que o dado não é de autoria do observatório, é preciso que este, além de sua metodologia de análise, deixe claro quem o produziu e sob quais condições. Também, como parte deste diálogo é importante que o observatório demonstre o quão significativo é obter estas informações para uma visão maior de determinados fenômenos.

Fóruns (presenciais e virtuais) / Listas de discussão

Definidos como espaços para discutir, homogeneizar e compartilhar informações, ideias e experiências que contribuirão para o desenvolvimento de competências e para o aperfeiçoamento de processos e atividades da organização.

Mapeamento de conhecimento

Compreende um levantamento dos ativos de conhecimento da organização, quem sabe o que, onde trabalha, e como este conhecimento flui da fonte ao destinatário.

Memória organizacional / Lições aprendidas/ Banco de conhecimentos

Este grupo de práticas indica o registro do conhecimento organizacional sobre processos, produtos, serviços e relacionamento com os cidadãos-usuários. As lições aprendidas são relatos de experiências em que se registra o que aconteceu, o que se esperava que acontecesse, a análise das causas das diferenças e o que foi aprendido durante o processo. A gestão de conteúdo mantém atualizadas as informações, as ideias, as experiências, as lições aprendidas e as melhores práticas documentadas na base de conhecimentos.

Objetivos da organização

As prioridades (não confundir com as metas) da organização, tornadas explícitas pelos dirigentes que podem estar refletidas tanto em iniciativas exclusivamente voltadas para a adequação da organização ao cumprimento de sua missão, como em ações que visem aproximá-la do enunciado de sua visão de futuro. Da mesma forma, os objetivos podem ser estabelecidos para a organização como um todo ou ser específicos para alguma de suas “áreas fim”.

Observatório

Não há um conceito único de observatório. De forma ampla, um observatório pode ser descrito como um **centro de pesquisa aplicado** no monitoramento constante de fenômenos sociais ou científicos. Segmentam-se em áreas específicas, exigindo conhecimento técnico direcionado para temas pré-estabelecidos.

Participação da sociedade

É um importante mecanismo para construção de transparência nos observatórios. Construir as informações de forma isolada da sociedade pode dificultar o compartilhamento destas, uma vez que não seriam consideradas outras experiências e demandas presentes na sociedade. A participação da sociedade deve existir para que o **centro de pesquisa** não se torne alheio ao

seu redor, é preciso que existam *interfaces* com o fenômeno que se está estudando.

Políticas Públicas

São todas as medidas de caráter público para intervir em um problema público. Elas podem ser abordadas de uma ótica estadista, em que, somente medidas estatais são consideradas políticas públicas, e de outra multicêntrica, em que, os atores da sociedade são capazes de intervir, solucionar ou apontar problemas públicos¹.

Práticas de Gestão do Conhecimento

São práticas de gestão organizacional voltadas para produção, retenção, disseminação, compartilhamento e aplicação do conhecimento dentro das organizações, bem como na relação dessas com o mundo exterior.

Resultados da organização

São os resultados institucionais obtidos pela organização pública, no exercício de suas principais atividades, de acordo com suas atribuições e áreas de competência.

Sistemas de inteligência organizacional

Também conhecidos como sistemas de inteligência empresarial ou competitiva, são voltados à transformação de dados em inteligência, com o objetivo de apoiar a tomada de decisão. Visam extrair inteligência das informações, por meio da captura e da conversão delas em diversos formatos, com a extração do conhecimento a partir da informação. O conhecimento obtido de fontes internas ou externas, formais ou informais, é explicitado, documentado e armazenado para facilitar o seu acesso².

Valores e propósitos

Conjunto de atribuições éticas que direcionam o trabalho dos observatórios. Geralmente estão alinhados também com uma área específica de atuação, havendo assim um compromisso com determinado público ou tema que diz respeito à sociedade. Os valores e propósito determinam a razão de existir destes **centros de pesquisa** e muitas vezes influenciam o próprio formato de suas produções.

¹ Ver SECCHI, 2013.

² Ver BATISTA, 2012.

Fontes:

BATISTA, F. F. Modelo de gestão do conhecimento para a administração pública brasileira. Como implementar a gestão do conhecimento para produzir resultados em benefício do cidadão. Brasília: Ipea: 2012, 132 p.

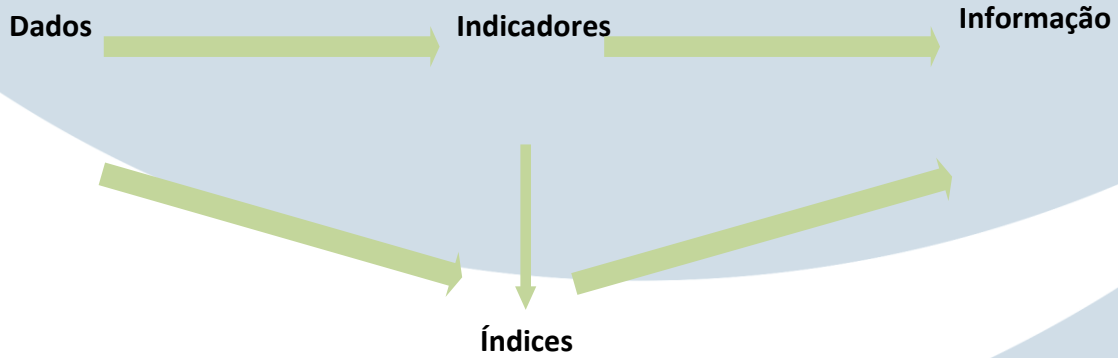
Fonte: King, Keohane e Verba (1994), Designing Social Inquiry. Princeton, Princeton University Press.

SECCHI, Leonardo. Políticas Públicas: Conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2013 (2a edição).

Tripp, David Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.

METODOLOGIAS E INSTRUMENTOS

Processo de geração de informação



Fonte: Elaboração dos autores.

Análise Espacial

Permite analisar propriedades e relacionamentos de dados em uma localização espacial específica, entendendo o fenômeno que está acontecendo no momento ou num período. É a junção dos dados físicos com os socioeconômicos, facilitando uma análise mais qualitativa do local.

Bases de dados

Bases de dados representam hoje as fontes mais comuns para muitas instituições. Elas são um conjunto de casos (pessoas, lugares, coisas), cada qual com seus dados, agregados normalmente em planilhas tabuladas.

Censo

É o conjunto de características de todos os membros da população. Também pode ser definido como a atividade de inspecionar (observar) todos os elementos de uma população, objetivando conhecer, com certeza suas características.

Geoprocessamento

É a utilização de tecnologias computacionais para gerar informações geoespaciais.

Georreferenciamento

É o uso automatizado de informações que possuem vínculos a um determinado lugar no espaço, seja por endereço ou por coordenadas geográficas. Utiliza técnicas matemáticas e computacionais para o tratamento da informação geográfica.

Geoinformação

É o produto final do geoprocessamento e georreferenciamento de dados. É uma informação que está referenciada segundo os critérios cartográficos pré-estabelecidos.

Indicadores quantitativos

São numericamente mensuráveis, ou seja, seus possíveis valores advêm de uma medição ou de uma contagem. Geralmente são utilizados valores estatísticos gerais de um fenômeno, dificultando análises causais, uma vez que seu estilo é sistemático e generalizante.

Técnicas para abordagens quantitativas: testes de hipótese (definição de variáveis dependentes e independentes); amostragem probabilística; questionário fechado; cálculos e testes estatísticos (tabelas, correlações, indicadores, regressões), entre outras.

Indicadores Qualitativos

Baseiam-se em qualidades. Uma variável é qualitativa quando seus possíveis valores são categorias ou características. Procuram o máximo de informação sobre um ou mais fenômenos isolados, buscando causalidade e contextualização com o caso em questão.

Técnicas para abordagem qualitativa: diário de campo; observação participante; descrição densa; história de vida; entrevistas em profundidade; análise de discurso³.

Macrodados

São divididos hierarquicamente em:

Primários: são dados brutos coletados diretamente da fonte, sem que haja mediação de terceiros entre o coletor e o dado;

Secundários: são dados coletados e disponibilizados por terceiros.

Quantitativo: numericamente mensurável, pode ser representado por uma frequência, estatística ou números brutos. Sistemático e generalizante;

³ Ver King, Keohane e Verba, 1994.

Qualitativo: reflete alguma característica do caso, não sendo possível quantificá-lo, já que é contextual e específico.

Seguem os cortes metodológicos:

Recorte populacional: é a seleção de um determinado público dentro de um universo populacional. Podem ser amostras, estratos ou populações inteiras;

Recorte temporal: seleção de um período dentro de um universo temporal.

Estratificação: é um recorte dentro de uma população, buscando características comuns entre os estratificados (Ex.: faixa etária).

Amostragem: seleção de uma parte da população a ser estudada. Os critérios de seleção podem ser definidos pelo pesquisador. Quando a amostra é representativa para a população, pode-se inferir estatísticas dessa amostra para a população selecionada a fim de criar hipóteses.

Terminologias: fórmula; taxa; indicador; razão; proporção; coeficiente; incidência; prevalência; percentual; estatística e parâmetros, entre outras.

Metadados

Metadados podem ser basicamente definidos como "dados que descrevem os dados". Ou seja, são informações úteis para identificar, localizar, compreender e gerenciar os dados. Quando documentamos os metadados e os disponibilizamos, estamos enriquecendo a semântica do dado produzido, agregando seu significado real, e dando suporte à atividade de Administração de Dados executada pelo produtor desse dado⁴.

Microdados

Consistem no menor nível de desagregação dos dados de uma pesquisa, retratando, sob a forma de códigos numéricos, o conteúdo dos questionários, preservado o sigilo das informações. Os microdados possibilitam aos usuários, com conhecimento de linguagens de programação ou *softwares* de cálculo, criar suas próprias tabelas. Os arquivos de microdados ora apresentados são acompanhados de uma documentação que fornece os nomes e os respectivos códigos das variáveis e suas categorias, a metodologia da pesquisa, e o instrumento de coleta.

Pesquisa-ação

A forma de investigação-ação que utiliza técnicas de pesquisa consagradas para informar à ação que se decide tomar para melhorar a prática”, e eu acrescentaria que as técnicas de pesquisa devem atender aos critérios comuns a outros tipos de pesquisa acadêmica. Isto é, enfrentar a revisão pelos pares quanto a procedimentos, significância, originalidade, validade, entre outras.⁵

⁴ Ver IBGE, 2016.

⁵ Ver TRIPP, 2005.

População Alvo

Conjunto de elementos a serem estudados para abranger uma pesquisa.

Série Histórica

Uma série temporal, também denominada série histórica, é uma sequência de dados obtidos em intervalos regulares de tempo durante um período específico. O conjunto é estabelecido através da aglomeração de dados de interesse durante um intervalo de tempo distinto. Normalmente instituições conservam estes dados e alimentam-nos com certa periodicidade para análises futuras. Podem ser formadas pelas mais diversas formas numéricas (taxa, frequência relativa ou absoluta, estatísticas, entre outras).⁶

SIG - Sistemas de Informações Geográficas ou GIS - Geographic Information System

Um SIG é constituído por um conjunto de "ferramentas" especializadas em adquirir, armazenar, recuperar, transformar e emitir informações espaciais. Esses dados geográficos descrevem os objetos do mundo real, posicionados dentro de um sistema de coordenadas, seus atributos não aparentes (como a cor, pH, custo, incidência de pragas, entre outros), e as relações topológicas existentes. Portanto, um SIG é um conjunto de *softwares* que podem ser utilizados em estudos relativos ao meio ambiente e recursos naturais, na pesquisa da previsão de determinados fenômenos ou no apoio a decisões de planejamento, considerando a concepção de que os dados armazenados representam um modelo do mundo real.⁷

Fontes:

BURROUGH, P.A. Principles of Geographical Information Systems for Land Resources Assessment. Oxford University Press, Oxford, 1986.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br>>.

JANNUZZI, P. M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**, v. 56, n. 2, p. 137-160, 2005. Disponível em: < http://igepp.com.br/uploads/arquivos/tc-aula05-d-indicadores_programas_sociais-jannuzzi.pdf>.

KING, Gary; KEOHANE, Robert O.; VERBA, Sidney. Designing social inquiry: scientific inference in qualitative research. New Jersey. Princeton University Press. 1994.

LATORRE, Maria do Rosário Dias de Oliveira; CARDOSO, Maria Regina Alves. Análise de séries temporais em epidemiologia: uma introdução sobre os aspectos metodológicos. **Rev. bras. epidemiol.**, São Paulo , v. 4, n. 3, p. 145-

⁶ Ver LATORRE e CARDOSO, 2018.

⁷ Ver BURROUGH, 1986.

152, Nov. 2001 . Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2001000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 Aug. 2018.

TRIPP, David. **Pesquisa-ação: uma introdução metodológica**. Educ. Pesqui. [online]. 2005, vol.31, n.3, pp.443-466. ISSN 1517-9702. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022005000300009>.

Instrução para produção metodológica de novos indicadores no Sistema de Informações Municipais de Porto Alegre (SIM)

Os indicadores atualmente são as bases mais sólidas para embasamento de ações. Deve-se considerar: a granularidade dos dados; o “passo-a-passo” de acesso às bases de dados; a periodicidade da coleta; o uso de *software* de busca e análise de dados.

Para os efeitos desta Instrução, considera-se:

I – Indicador: variável definida para medir um conceito abstrato, relacionado a um significado social, econômico ou ambiental, com a intenção de orientar decisões sobre determinado fenômeno de interesse.

II – Metadado: É um conjunto de informações descritivas sobre os dados, incluindo as características de seu levantamento, produção, qualidade e estrutura de armazenamento, essenciais para promover a sua documentação, integração e disponibilização, bem como possibilitar sua busca e exploração. São informações úteis para identificar, localizar, compreender e gerenciar os dados;

III – Tema: é o assunto que agrega indicadores;

IV – Abrangência geográfica: É o espaço geográfico compreendido pelo processo de sistematização dos dados. São as delimitações territoriais do município, tanto oficiais como político-administrativas e as adotadas por conselhos setoriais;

V – Periodicidade: indica o intervalo de tempo em que os dados são atualizados e disponibilizados;

VI – Data de referência: demonstra a data (dd/mm/aaaa) em que são gerados os dados, indicadores, equipamentos e serviços;

VII – Procedimento Metodológico: é a descrição do método utilizado para obtenção dos dados, incluindo a formulação de cálculo, se necessário;

VIII – Unidade de medida: Unidade de medida é uma medida (ou quantidade) específica de determinada grandeza física usada para servir de padrão para outras medidas. É a unidade a que se refere ao indicador gerado; IX – Fonte: indica o nome do(s) órgão(s) e setor(es) responsável(eis) direto pelo dado, indicador, equipamento ou serviço;

X – Classificação: refere-se ao sentido que o indicador pode ter: melhor quanto mais alto o seu valor (ex: Renda per capita); pior quanto mais alto o seu valor (ex: Mortalidade infantil) e não classificável (ex: Percentual da população de jovens);

XI – Endereço: são os itens sobre os quais é possível posicionar um serviço no mapa da cidade;

XII – Equipamento: estrutura pública que pode prestar um ou mais serviços; XIII – Serviço: atividade da administração pública que tem por fim assegurar de modo permanente, contínuo e geral, a satisfação de necessidades essenciais ou secundárias da sociedade;

XIV – Tipo: elemento que caracteriza um equipamento ou serviço conforme o tema;

XV – Órgão: secretaria, empresa e autarquia vinculada à Prefeitura Municipal de Porto Alegre;

XVI – Geoprocessamento: técnicas matemáticas e computacionais para o tratamento da informação geográfica; XVII – Geolocalização: é a obtenção exata de um local (escola, posto de saúde, etc) baseados em suas coordenadas e sistemas de projeções;

XVIII – Geoinformação: união da informação a uma feição geográfica; XIX - Sistemas de Informação Geográfica - SIG ou GIS: ferramentas computacionais para Geoprocessamento;

XX - Geotecnologias: conjunto de tecnologias voltadas à coleta, armazenamento, processamento, análise e disseminação de informações espaciais;

XXI – *Shapefile ou shape*: É o dado geográfico do tipo vetorial, composto de dados gráficos (ponto, linha ou polígono) associado a dados tabulares, com uma posição geográfica definida (coordenadas e sistema de projeção) no formato *shp*.

PARTE 2 – TEMAS ESPECÍFICOS

DESENVOLVIMENTO HUMANO

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

O Índice de Desenvolvimento Humano foi criado com o objetivo de oferecer um contraponto ao Produto Interno Bruto (PIB) per capita, muito utilizado como indicador de desenvolvimento, mas que considera apenas a dimensão econômica. O IDH foi idealizado por Mahbub ul Haq, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, com a colaboração do economista indiano Amartya Sen. Esse índice, no sentido de ampliar a visão do desenvolvimento, se apresenta como uma medida geral e sintética do desenvolvimento humano, embora não abranja todos os aspectos de desenvolvimento e não represente a "felicidade" das pessoas, nem indica "o melhor lugar no mundo para se viver". O IDH também não inclui muitos outros aspectos do desenvolvimento humano como: democracia, participação, equidade, sustentabilidade, entre outros.

Três pilares que constituem o IDH (saúde, educação e renda), que são mensurados da seguinte maneira:

* SAÚDE: uma vida longa e saudável, medida pela expectativa de vida;

* EDUCAÇÃO: o acesso ao conhecimento é medido por:

i) média de anos de educação de adultos, que é o número médio de anos de educação recebidos durante a vida por pessoas a partir de 25 anos; e

ii) a expectativa de anos de escolaridade para crianças na idade de iniciar a vida escolar, que é o número total de anos de escolaridade que um criança na idade de iniciar a vida escolar pode esperar receber se os padrões prevaletentes de taxas de matrículas específicas por idade permanecerem os mesmos durante a vida da criança;

RENDA: o padrão de vida é medido pela Renda Nacional Bruta (RNB) *per capita* expressa em poder de paridade de compra (PPP) constante, em dólar, tendo 2005 como ano de referência.

O IDH tem sido usado como parâmetro para os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas e, no Brasil, tem sido utilizado pelo governo federal e por administrações regionais através do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M). O IDH-M é um ajuste metodológico ao IDH Global, para uso regional, e pode ser consultado nas respectivas edições do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, que compreende um banco de dados eletrônico com informações socioeconômicas sobre todos os municípios e estados do país e Distrito Federal.

Indicadores complementares de desenvolvimento humano (IDH – IDHAD, IPM e IDG)

Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDHAD)

O IDH é uma medida média das conquistas de desenvolvimento humano básico em um país. Como todas as médias, o IDH mascara a desigualdade na Para minimizar as discrepâncias da distribuição do desenvolvimento humano entre a população no nível de país, o IDHAD, considera a desigualdade nas três dimensões do IDH “descontando” o valor médio de cada dimensão de acordo com seu nível de desigualdade. O IDH tradicional é um índice de desenvolvimento humano “potencial”, enquanto o IDHAD é um índice do desenvolvimento humano “real”. Com a diferença entre IDH e IDHAD é possível calcular a “perda” no desenvolvimento humano potencial devido à desigualdade em termos percentuais.

Índice de Desigualdade de Gênero (IDG)

Reflete desigualdades com base no gênero em três dimensões: saúde reprodutiva, autonomia e atividade econômica. A primeira é medida pelas taxas de mortalidade materna e de fertilidade entre as adolescentes. A segunda é medida pela proporção de assentos parlamentares ocupados por cada gênero e a obtenção de educação secundária ou superior por cada gênero. E a terceira é medida pela taxa de participação no mercado de trabalho para cada gênero. O IDG mostra a perda no desenvolvimento humano devido à desigualdade entre as conquistas femininas e masculinas.

Índice de Pobreza Multidimensional (IPM)

O IPM identifica privações múltiplas em educação, saúde e padrão de vida nos mesmos domicílios. Os indicadores necessários para elaborar o IPM para um domicílio são obtidos pela mesma pesquisa domiciliar. Os níveis de privação são computados para cada domicílio na pesquisa. O IPM é um indicador complementar do desenvolvimento humano, que acompanha a pobreza que vai além da pobreza de renda, medida pelo percentual da população que vive abaixo de PPP US\$1,25 por dia.

Fonte:

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS. **Desenvolvimento Humano e IDH.** Disponível em: <<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>>.

INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS

Demografia

A população total representa a estimativa populacional feita pela FEE, e a densidade demográfica é a razão entre a população e a área territorial divulgada pelo IBGE.

Educação

É a proporção da população com 18 anos ou mais, com pelo menos o ensino fundamental completo.

Expectativa de vida

É o número médio de anos de vida que se espera que um grupo de indivíduos nascidos no mesmo ano viva.

Exportações

Refere-se ao valor de venda das mercadorias exportadas, acrescido de todas as despesas assumidas pelo exportador até colocá-las a bordo, incluindo as taxas portuárias, de Previdência, da Comissão de Marinha Mercante e outras que incidem sobre o valor do frete.

Idese

É um indicador sintético de desenvolvimento municipal, que varia de 0 a 1, composto por três blocos: Educação, Saúde e Renda.

PIB

Representa a soma, em valores monetários, de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região, durante um período determinado.

PIB per capita

É a razão entre o PIB e a população da região.

Taxa de Mortalidade Infantil

Corresponde ao número de óbitos de menores de um ano de idade por 1.000 nascidos vivos em um determinado espaço geográfico, no ano considerado.

Fonte:

Perfil Socioeconômico do Rio Grande do Sul – FEE. Disponível em: <https://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/>.

Censo Demográfico: O risco de ficar sem o Censo 2020

Wasmália Bivar, professora da PUC-Rio e foi presidente do IBGE

Paulo Jannuzzi, professor da Escola Nacional de Ciências Estatísticas do IBGE

O Globo, 17/09/2018

Hoje o Brasil seria muito diferente se não fossem as informações produzidas pelo IBGE. O quadro social e econômico seria ainda pior que o atual sem informações levantadas há mais de 80 anos ou quase 150 anos, se considerarmos a realização do Censo Demográfico em 1872, ao final do Império, e os 11 realizados desde então. Sem as informações do Censo, a política se abriria para o casuísmo e todo o rico sistema de informações domiciliares e populacionais de que o Brasil dispõe estaria sujeito a grandes imprecisões, até mesmo as pesquisas eleitorais.

Não há como não reconhecer que boa parte das conquistas republicanas — universalização da educação básica, acesso à água e energia elétrica, redução da pobreza, redução da desigualdade regional, ampliação da cobertura do emprego formal — ocorridas no vasto território brasileiro deve-se à disponibilidade de informações produzidas pelos Censos Demográficos. Eles contribuem para a formulação e avaliação de políticas públicas nos três níveis de governo, a partir da elaboração de análises socioeconômicas com abrangência temática, detalhe territorial e comparabilidade histórica.

Indicadores produzidos pelos Censos — como os de pobreza; acesso ao saneamento básico; mortalidade infantil e de jovens negros; migração e deslocamentos para escola e trabalho — fundamentam e dimensionam as demandas sociais e a proposição de políticas e programas. Na orientação dos investimentos privados e do planejamento urbano, os Censos produzem indicadores únicos construídos em escalas municipais e intramunicipais.

Eles seguem sendo a fonte básica para que se possa dimensionar com precisão o tamanho da população brasileira, assim como suas características básicas, como sexo, idade, raça/cor e religião, em função da ausência de registros administrativos que garantam cobertura nacional para fenômenos primários como mortalidade, fecundidade e migração.

Não menos importante é o fato que suas informações cumprem uma função normativa nos sistemas político — na definição de vagas de representação legislativa — e tributário — na repartição dos recursos arrecadados em impostos pelo setor público.

É elevado o investimento em informação de boa qualidade, para atender a propósitos tão abrangentes e detalhados, que cubram os cerca de 69 milhões de domicílios, espalhados nos 8,5 milhões de quilômetros quadrados do território nacional e em todos os seus 5.570 municípios. Tais dimensões implicam, necessariamente, contratar cerca de 300 mil pessoas e treiná-las para realização do trabalho de campo nos três meses previstos de coleta.

O Censo reflete a agenda de preocupações e desafios de seu tempo, da sociedade e dos governos no momento de sua realização. Não existe dúvida de que o Brasil precisa do Censo de 2020 e que existe um conjunto de informações que não podem ser eliminadas do questionário, sob pena de comprometimento da efetividade e eficiência do uso dos recursos públicos, de imprecisão na localização do público-alvo das políticas e de sobre ou sub-dimensionamento dos equipamentos de saúde, creches, transporte urbano, para citar alguns dos muitos setores afetados pela perda de capacidade de planejamento e avaliação.

Os quase 150 anos dos censos demográficos brasileiros não deveriam deixar dúvidas quanto à sua importância na atualização do retrato que a sociedade tem de si e da agenda de políticas públicas, baseadas em evidência, que o país requer. Afinal, quem se lança no oceano sem uma bússola?

MOBILIDADE URBANA

Em face da necessidade de padronizar os significados de vocábulos comumente utilizados no transporte coletivo, foi elaborado um glossário dessas expressões a fim de aprimorar o seu entendimento.

Acidente

Evento inesperado, indesejável e não intencional, que pode causar danos pessoais, materiais, financeiros, entre outros.

Acidente com morte

Acidente que envolve morte.

Assalto

Ataque súbito a alguém ou algo, em geral utilizando a força ou ameaças e com o objetivo de roubar.

Bilhetagem eletrônica

Sistema de emissão, venda e validação de bilhetes ou créditos que possibilitem um ou mais deslocamentos num determinado período.

Ciclovia

Pista destinada exclusivamente à circulação de bicicletas.

Concessão

É o contrato de prestação de serviços formalizado por licitação.

Conurbação

Fenômeno urbano que resulta em uma extensa área urbana formada por cidades e vilarejos que devido ao seu crescimento geográfico fundiram-se umas às outras. O processo de conurbação é um dos responsáveis pela formação das regiões metropolitanas.

Empresa concessionária

Empresa que recebeu a concessão ou consentimento para realizar o transporte público.

Frequência de horários

Quantidade de horários oferecidos num intervalo de tempo.

Fretamento

Viagens não convencionais, com relação privada estabelecida entre a empresa contratante e contratada com a autorização e anuência do órgão gestor, atendendo uma demanda específica, operada com lista de passageiros e identificação dos mesmos, sem cobrança de tarifa ao longo do percurso.

Frota

Conjunto de veículos, em geral pertencentes a uma mesma pessoa física ou jurídica.

Inadimplência

Falta de cumprimento de uma obrigação.

Institutos Técnicos Licenciados (ITLs)

Empresas credenciadas, responsáveis pela emissão de laudos técnicos, após a avaliação dos veículos.

Integração tarifária

Consiste em proporcionar desconto na tarifa aos usuários que realizarem viagens utilizando um ou mais modais de transporte.

Laudo

Documento contendo parecer técnico.

Linha mãe, base ou principal

Linhas com contratos originalmente homologados por órgãos gestores públicos, com maior número de horários, caracterizando o primeiro serviço oferecido no local.

Oferta (lugares e viagens)

Número de assentos disponibilizados no veículo em operação quando se tratar de lugares, e o número de viagens oferecido pela linha por sentido, quando se tratar de viagens

Omissão de horários

Não oferta da viagem conforme tabela horária.

Pane veicular

Qualquer falha no funcionamento do veículo, incluindo dano nos pneus, que provoca a parada do ônibus.

Passageiro

O mesmo que usuário. Indivíduo que é transportado num veículo público, particular ou privado; viajante.

Pendência veicular

O que não foi finalizado, que está pendente; questão não resolvida administrativamente.

Permissão

É o contrato de prestação de serviços autorizado de forma precária sem a realização de licitação.

Quebra de ônibus

O mesmo que “pane veicular”.

Reajuste deflacionado

Reacerto ligado à diminuição de algo inflacionado, reequilíbrio deter o crescimento da inflação por meio de reajuste.

Rota

São viagens de cunho público para atender preferencialmente estudantes, funcionários de empresas, funcionários públicos, e outras atividades com destino final fixo e determinado com tarifas específicas com veículos especiais.

Serviço delegado

Exercício e desempenho de qualquer atividade realizada por um ente específico.

Serviço metropolitano

Transporte coletivo de passageiros, com características urbanas, executado entre dois ou mais municípios de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas.

Urbanidade

Cumprimento das regras de boa educação e de respeito no relacionamento entre cidadãos.

Usuário

O mesmo que passageiro.

Variante ou derivada

Linhas originadas a partir de uma linha principal, com variações no itinerário.

Viagem de deslocamento, morta ou ociosa

Trecho a ser percorrido por ônibus, sem passageiros, podendo ter diferentes objetivos, como por exemplo: (1) deslocamento da garagem (ou de onde quer que o ônibus esteja estacionado) até o terminal para início ou final de viagem para o cumprimento da tabela horária; (2) deslocamento de ônibus com o objetivo de executar serviços como revisões, vistorias ou inspeções veiculares.

Viagem expressa

Trecho a ser percorrido por ônibus, sem passageiros, com origem e destino ou na garagem da empresa ou no terminal, para o cumprimento de tabela horária.

Viagem pendular

Viagem intermunicipal realizada por trabalhadores diariamente de sua casa para o trabalho e vice-versa.

Fonte:

PÖTTER, Karin (Org.). **Indicadores de Desempenho do Sistema de Transporte Metropolitano Coletivo de Passageiros: ANUÁRIO 2017**. Porto Alegre: Metroplan, 2017. 83 p. Disponível em: <http://www.metroplan.rs.gov.br/upload/1525721134_ANU%C3%81RIO_2017.pdf>. Acesso em: 09 maio 2019.

OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 7- ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

O glossário de termos do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 7 - Energia limpa e acessível apresenta, de forma propositiva, termos e definições sobre o tema. O documento pretende servir de subsídio para o debate sobre políticas públicas, de forma neutra, entre instituições e indivíduos. As definições e referências apresentadas na publicação foram organizadas por especialistas das Nações Unidas de forma colaborativa. Os conceitos presentes no glossário pretendem ser uma proposição inicial e não esgotam os temas apresentados. O glossário foi elaborado com o apoio de FURNAS e do Centro Rio+/PNUD.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

O documento final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 dispõe que o desenvolvimento de objetivos e metas, tal qual aplicado em relação aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, seria útil na busca do desenvolvimento sustentável, por meio de ações focadas e coerentes.

Decidiu-se estabelecer um processo intergovernamental inclusivo e transparente que fosse aberto a todos, com vistas a elaborar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Após mais de três anos de discussão, os líderes de governo e de estado aprovaram, por consenso, o documento “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”. A Agenda é um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade. Ela busca fortalecer a paz universal com mais liberdade, e reconhece que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global ao desenvolvimento sustentável.

A Agenda consiste em uma Declaração, 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as 169 metas, uma seção sobre meios de implementação e de parcerias globais, e um arcabouço para acompanhamento e revisão.

O conjunto de objetivos e metas demonstram a escala e a ambição desta nova Agenda universal. Os ODS aprovados foram construídos sobre as bases estabelecidas pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), de maneira a completar o trabalho deles e responder a novos desafios. São integrados e indivisíveis, e mesclam, de forma equilibrada, as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental.

Aprovados na Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (25-27 de setembro 2015), a implementação dos ODS será um desafio que requererá uma parceria global com a participação ativa de todos, incluindo governos, sociedade civil, setor privado, academia, mídia e Nações Unidas.

Os esforços conjuntos para o alcance dos ODM até o fim de 2015 não se encerraram nessa data. As ações do PNUD a partir de então estarão alinhadas com os ODS, tendo em mente a necessidade da finalização do trabalho no âmbito dos ODM, visando “não deixar ninguém para trás” no processo de desenvolvimento sustentável.

Estamos determinados, no espírito da Agenda 2030, a tomar medidas ousadas e transformadoras que se necessitam urgentemente para pôr o mundo em um caminho sustentável e resiliente.

Os cinco P's da Agenda 2030

Do global para o local

Os ODS, embora de natureza global e universalmente aplicáveis, dialogam com as políticas e ações nos âmbitos regional e local.

Na disseminação e no alcance das metas estabelecidas pelos ODS, é preciso promover a atuação dos governantes e gestores locais como protagonistas da conscientização e mobilização em torno dessa agenda.

O PNUD Brasil continuará contribuindo para o desenvolvimento de capacidades em âmbito local - como tem feito com os ODM.

Fonte:

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS (Ed.). **Glossário de termos do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável.** 2018. Disponível em: <<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/ods/glossario-do-ods-7.html>>. Acesso em: 09 maio 2018.

Agenda Social da ONU: por uma nova etapa da Agenda Social brasileira

Sociólogo Salvatore Santagada, Técnico da FEE, 02/05/2011

A Agenda Social brasileira, delineada a partir da Constituição de 1988, é diversificada e ampla em relação a garantias dos direitos sociais básicos. Foi construída através da canalização dos anseios da população organizada, através dos vários movimentos sociais que já existiam durante o regime militar. As novas políticas públicas na área social continuaram, entretanto, sendo tratadas como uma compensação do processo econômico gerador de pobreza e de desigualdade.

A legislação social, durante os anos 80 do século XX, foi positiva, pois entre outras novidades, criou a área da Seguridade Social, somando e articulando políticas no campo da saúde, da previdência e da assistência social. Foi incentivada a participação pública através dos conselhos tripartites para a administração e o controle dos fundos públicos em áreas sociais essenciais. Os municípios, que atuam diretamente no atendimento das demandas sociais, assumiram um perfil soberano na administração, que se quer descentralizar, no nível de recursos e de encargos.

A conjuntura adversa no campo econômico, nos anos 90, fez minguar essa inserção soberana. Os diferentes planos de ajuste econômico postos em marcha no período, marcado pelo econômico em detrimento do social, não levavam em conta as demandas da maioria da população, represadas no período ditatorial. Pelo contrário, a marca foi o desemprego e insuficientes investimentos sociais para as populações que foram urbanizadas de forma caótica e com fraca rede de amparo social.

Analisando-se a Agenda Social brasileira através dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) — compromisso do Governo brasileiro com as Metas do Milênio, firmado junto à ONU, no ano 2000, para a melhoria de um conjunto de indicadores sociais (pobreza, educação, saúde e saneamento), entre 1990 e 2015 —, constata-se, por levantamentos e estudos recentes, tanto acadêmicos como institucionais, que, de forma geral, os indicadores brasileiros dos ODM, em especial aqueles que aferem a desigualdade social, estão longe de atender às metas nacionais e internacionais para o ano de 2015.

No Brasil, na presente década, os investimentos na área social avançaram. Segundo os Pesquisadores Castro e Ribeiro (Ipea, 2009), o gasto público social das três esferas de governo (municipal, estadual e federal), que representava 13,85% do PIB em 1980, passou para 21,87% em 2005. Esses esforços e essas conquistas na área social conseguiram reduzir a desigualdade na renda familiar *per capita* no País, pois esta, conforme o índice de Gini (numericamente, varia de 0 a 1, onde 0 corresponde à completa igualdade de renda, e 1, à completa desigualdade) passou de 0,582 em 1981 para 0,552 em 2007.

O retorno das políticas públicas de caráter universalizante dos últimos anos, programa identificado, em parte, com a agenda da socialdemocracia, é importante. O Governo Federal, inclusive, quer consolidar numa única legislação a política social praticada no País. No entanto, a superação da Agenda Social atual, com o objetivo de ultrapassar a barreira da persistente desigualdade social, necessita do engajamento das forças sociais que entendem que chegou a hora de avançar nas conquistas da área social.

PLANEJAMENTO URBANO

Aglomeración Urbana

Agrupamento de municípios limítrofes com urbanização contínua ou com tendências, podendo existir um ou mais centros urbanos (polos) que polarizam os municípios do entorno. Possui uma complexidade média das atividades urbanas, integração funcional de natureza econômico-social. Concentração populacional e densidade demográfica médias, formando espaços contíguos de interesse comum, que podem exigir planejamento integrado e arranjos institucionais para sua gestão. Pode ser considerada como uma concentração “pré-metropolitana”, geralmente situada no entorno de cidades médias de regiões com economia industrial e/ou agrícola moderna e dinâmica. Também podem estar localizadas nas adjacências ou na área de influência de uma **metrópole** ou **região metropolitana**, sem, entretanto, ligação contínua ou contígua com a metrópole.

Metrópole

Grande cidade, geralmente próxima de 1 milhão de habitantes, com funções superiores de comando e gestão do território articulada à economia global, ao mesmo tempo em que, emite vetores de modernidade e complexidade para o território nacional, bem como atua como centro de prestação de serviços especializados para uma ampla região de influência. A origem do conceito remete à cidade centro de um amplo território como é o caso de um império colonial. Posteriormente o termo foi utilizado para designar as grandes cidades industriais onde se dava o acúmulo de funções econômicas, de cidade comercial, cidade industrial e centro político e administrativo. A metrópole se constitui, portanto, como a forma espacial típica da modernidade e da sociedade industrial, sendo determinantes para sua constituição não somente sua dimensão quantitativa, mas também sua densidade populacional, social e de atividades e sua diversidade sociocultural. Apesar da ausência de uma definição precisa de metrópole ela serve para designar as principais aglomerações urbanas de um país, variando sua dimensão demográfica de acordo com a realidade de cada um. No Brasil o conceito mais institucional de metrópole é formulado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no estudo Regiões de Influência das Cidades (REGIC) a qual classifica “os doze principais centros urbanos do País, que caracterizam-se por seu grande porte e por fortes relacionamentos entre si, além de, em geral, possuírem extensa área de influência direta que influenciam uma rede urbana” em metrópoles nacionais (São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília) e metrópoles (Belo Horizonte, Porto Alegre, Fortaleza, Recife, Salvador, Curitiba, Manaus, Belém e Goiânia). Saliente-se que no Brasil o conceito de metrópole está desvinculado institucional e administrativamente do conceito de **REGIÃO METROPOLITANA**, o qual depende de legislação estadual para sua definição. Podemos, portanto, considerar que existem três compreensões de metrópole: a “teórico-conceitual” formulada na academia em diferentes ciências humanas e sociais (geografia, sociologia, arquitetura, antropologia, história, economia); a

“oficial”, tal como formulada pelo IBGE e a “legal-institucional” a partir das diferentes legislações estaduais que definem as regiões metropolitanas.

Região

Conceito que surge na Geografia e com o passar do tempo tem refletido uma multiplicidade de paradigmas e interesses de diversas origens, tanto no âmbito geográfico, como na economia, na política e no urbanismo. A atenção à categoria se centra em duas dimensões: a do conhecimento dos recursos naturais e sociais existentes no seu interior, diferenciando-os dos que caracterizam outras regiões; a de uma unidade que serve como instrumento de planejamento e gestão dos recursos para impulsionar o desenvolvimento. É possível reconhecer pelo menos três formas de abordagem da região: (1) região geográfica - resultado da conjunção de características físico-geográficas, atividades humanas e culturais, que foi se construindo fundamentalmente a partir da geografia; (2) região homogênea, funcional ou polarizada - organização econômica, com limites em ocasiões imprecisos e flutuantes, que se define a partir dos alcances espaciais das atividades produtivas e econômicas, e (3) “região-plano” ou “região-programa” - reconhecida como espaço de organização econômica a partir da delimitação política e administrativa dos territórios (municípios ou estados), objeto de intervenção estatal como espaço a desenvolver e transformar, partindo de políticas de intervenção pública ou privada que se orientam pelos modelos de desenvolvimento regional. Uma quarta abordagem, menos utilizada em termos de planejamento regional, refere-se à região como um espaço de pertencimento e de identidade cultural e afetiva (“espaço vivido”), a qual serve de base para o desenvolvimento de regionalismos e distinções culturais.

Na Europa as regiões foram utilizadas como instrumentos de destinação de recursos para a reconstrução e a industrialização do pós-guerra. Na América Latina o termo foi adotado em duas perspectivas: de um lado, se utilizou com fins específicos de implantação do modelo de substituição de importações no continente, assumindo que ao adotá-lo em suas diferentes regiões seriam eliminados tanto o subdesenvolvimento, no qual se encontrava o continente, como as desigualdades existentes entre suas regiões e países; por outro, se utilizou como instrumento de compreensão dos processos de crescimento e transformação urbanos impulsionados pela aplicação deste modelo no continente, e onde a vinculação entre processos urbanos e regionais foi um aporte importante no âmbito da pesquisa latino-americana. A teoria marxista adotou esta categoria a partir de duas perspectivas: uma, na qual sem redefini-la, integrou na mesma as categorias e a metodologia do marxismo para caracterizar as condições de desenvolvimento de espaços previamente definidos desde os mesmos parâmetros físico-geográficos da conceituação clássica; outra, na qual se equipara a região a conceitos como divisão regional do trabalho, desenvolvimento desigual ou, inclusive, como o espaço por excelência da acumulação do capital. Na atualidade vincula-se a região a conceitos como distrito industrial, *cluster*, meio inovador, regiões de aprendizagem ou como “regiões ganhadoras” e “regiões perdedoras” (Benko & Lipetz, 1994), do processo de flexibilização produtiva e inserção na economia global, que se inserem na discussão conhecida como “nova ortodoxia regional”.

A **análise regional** é imprescindível em todas as suas escalas para conhecer e compreender a articulação entre o global e o local. Neste contexto, a região se entende em nossa sociedade global como *“uma entidade média e intermediária entre os processos globais e os fenômenos de âmbito mais local. Porém já não é concebida como uma porção do espaço delimitada por critérios político administrativos, e sim como um espaço relacional, de extensão variável e mutante”* (Sánchez Hernández, 2001). Em outras palavras, a região permite estudar a interação dos processos globais, econômicos e sociais, com as circunstâncias específicas dos lugares particulares, e cada região se concebe, desta forma, como uma combinação múltipla e complexa de processos singulares e não repetíveis.

Haesbaert (2010) considera a Região um conceito polissêmico, com diferentes acepções na geografia e nas ciências sociais. Sua construção está vinculada aos processos de regionalização em dois sentidos: os processos de diferenciação social, econômica, cultural imprimidos historicamente no espaço pela sociedade e como ato e ação voluntária do Estado de dividir o território para fins específicos. Neste sentido, regionalizar é “o poder de recortar, classificar e, muitas vezes, nomear” uma região. Por consequência, não se pode falar de região sem abordar as características dos “processos de regionalização”.

Finalizando, para Milton Santos (1996) nós nos acostumamos a uma ideia de região como um subespaço longamente elaborado, uma construção estável. Entretanto, no mundo globalizado, com a ampliação da divisão internacional do trabalho e o aumento exponencial do intercâmbio, dão-se, paralelamente, uma aceleração do movimento e mudanças mais repetidas, na forma e no conteúdo das regiões: “A região continua a existir, mas com um nível de complexidade jamais visto pelo homem”.

Região Metropolitana

Agrupamento de municípios limítrofes e conurbados, situados no entorno de uma grande cidade, a qual é seu polo administrativo e econômico de emprego e serviços, a qual é instituída legalmente com a finalidade de planejamento integrado da organização socioespacial e das funções públicas de interesse comum. De acordo com a EMPLASA (2011) a Região Metropolitana pressupõe a existência de uma METRÓPOLE, com alto grau de diversidade econômica e alta especialização em atividades urbanas, com área de influência e sobre outras regiões. Pressupõe também conurbação, adensamento da ocupação urbana, alta concentração populacional, elevado grau de urbanização e densidade demográfica, assim como espaços contíguos de interesse comum, planejamento integrado para funções de interesse comum (transporte e circulação, saneamento básico, serviços de saúde) e arranjos institucionais para sua gestão. No Brasil as primeiras nove regiões metropolitanas (São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Recife, Salvador, Fortaleza, Belém e Rio de Janeiro) foram instituídas pelo governo federal em 1973/1974. A partir da nova Constituição de 1988 a atribuição de designar e delimitar regiões metropolitanas passou para os estados da federação, perdendo-se, portanto, os critérios e os parâmetros nacionais para sua definição. Como isso, e especialmente a partir da criação do Ministério das Cidades (2003)

constatamos a “explosão” de institucionalização de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, chegando ao número atual (cerca de 80 RMs). Alguns estados tem extensão territorial praticamente coberta por regiões metropolitanas. Com isso o conceito, banalizado, perde sua força e operacionalidade no planejamento regional e no ordenamento territorial das áreas mais densas dos estados e do país. Temos desde regiões metropolitanas com mais de 20 milhões de habitantes, até regiões metropolitanas de menos de cem mil habitantes. Conceitualmente podemos entender a Região Metropolitana como um espaço institucionalizado em torno de uma metrópole e seus municípios adjacentes, além de áreas de ocupação menos densa, mas com forte influência da metrópole. Além disso, a região metropolitana possui uma organização espacial que combina centralidades, zonas residenciais de alto status social, eixos de transporte e circulação, zonas industriais, centralidades secundárias e zonas residenciais de populações de rendas médias e baixas. O núcleo (polo) metropolitano, ou a metrópole, possui uma preponderante centralidade em termos de empregos e serviços e funciona como um “nó” de fluxos financeiros, de população e de informações. Até o final da década de 1980 as regiões metropolitanas configuravam-se em sua maioria a partir de um modelo dualista centro-periferia, com a metrópole (núcleo) concentrando centralidades, setores de alta, serviços e empregos, enquanto que as cidades periféricas configuravam-se como centros industriais ou “cidades-dormitório” concentrando os estratos de menor renda da população. Atualmente, com a reestruturação e mudança da economia do capitalismo industrial para um regime de acumulação flexível e financeirizado observamos mudanças socioespaciais importantes nas regiões metropolitanas que as direcionam para uma espacialidade mais hierarquizada, mais fragmentada e mais complexa. O modelo espacial em formação aponta para a policentralidade (novas centralidades comerciais e de serviços) e para a fragmentação socioespacial com as novas periferias de classe média e alta (notadamente nos condomínios fechados), “hiperperiferias” de precariedade e setores de exclusão nos interstícios do tecido urbano mais denso.

Fontes:

Amin, A. Política regional em uma economia global. In: **Seminário Internacional Comparação das políticas de desenvolvimento regional no Brasil e na União Europeia**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2006.

Benko, G e Lipietz, A. (org.) **As Regiões ganhadoras**. Distritos e redes: os novos paradigmas da geografia económica, Celta Editora, Oreas (Portugal), 1994.

EMPLASA. **Rede Urbana e Regionalização do Estado de São Paulo**. São Paulo: EMLASA, 2011.

Haesbaert, R. Regional Global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010 ...

IBGE. **Regiões de Influência das Cidades 2007**. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 2008.

López Trigal, L. (director); Rio Fernandes, J. A.; Sposito, E. S. y Trinca, D. (coordinadores) **Diccionario de geografía aplicada y profesional:**

terminología de análisis, planificación y gestión del territorio. León: Universidad de León, 2015, p. 526-527.

Sánchez Hernández, J. L. La región y el enfoque regional en geografía económica. **Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles**, nº 32, 2001, p. 95-111.

Santos, M. **A Natureza do Espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

Trigal, L. L. (Dir.) Diccionario de Geografía Aplicada y Profesional. Terminología de análisis, planificación y gestión del territorio. Director: Lorenzo López Trigal; Coordinadores: José Alberto Rio Fernandes, Eliseu Savério Sposito, Delfina Trinca Figuera. León: Universidad de León, 2015.

SANEAMENTO BÁSICO

O saneamento básico consiste nas ações públicas (diretas e/ou concedidas à iniciativa privada) visando o fornecimento de água tratada à população; a coleta de resíduos sólidos urbanos e sua destinação final adequada; e, a coleta de esgoto cloacal e encaminhamento para tratamento e posterior destino aos cursos d'água naturais.

O conjunto dessas ações tem por objetivo a preservação da qualidade dos recursos naturais, assim como a prevenção da saúde pública da comunidade, reduzindo a incidência de doenças correlatas, principalmente nas populações mais pobres das periferias e localizadas em áreas de proteção ambiental e/ou inundáveis à margem de cursos d'água.

Neste sentido, é obrigação legal e moral das autoridades públicas municipais a implantação de projetos adequados à solução desses problemas, beneficiando à população, assim como uma retribuição aos impostos pagos pelos cidadãos. Visando fomentar os municípios com recursos para a implantação de projetos de saneamento básico em seus territórios, o Governo Federal criou o PAC, a fim de viabilizar a execução das obras necessárias para a realidade de cada município.

Se no passado a velha desculpa de falta de recursos era a desculpa rotineira para a não implantação de projetos de saneamento básico, hoje já não tem mais razão de ser.

Com o objetivo de obter os dados referentes ao saneamento básico em cada município do nosso estado, anualmente, formando uma série histórica, a fim de acompanhar a evolução desse tema, elaboramos um questionário básico a ser respondido por cada município.

Sugerimos que cada município crie um banco de dados sobre saneamento básico, contendo no mínimo as informações solicitadas, visando possibilitar ao longo do tempo o fácil acesso aos dados informatizados ano a ano, formando uma série consistente da evolução dos investimentos nessa área.

A FEE sendo o órgão público do Governo do Estado responsável pela captação e processamento de dados estatísticos, de posse das informações solicitadas, as mesmas serão processadas e organizadas em um trabalho específico sobre saneamento básico, destacando-se os municípios de melhores condições aos piores. Anualmente os dados serão atualizados formando uma série histórica, em que haverá alternância de classificação entre o conjunto de municípios, sendo que aqueles que mais investirem subirá no ranking estadual.

Este trabalho será anualmente divulgado e colocado à disposição da comunidade científica e política, possibilitando a elaboração de estudos complementares e regionalizados, a fim de que desperte o interesse da comunidade local, visando sua mobilização, através de representantes de entidades organizadas e políticas, no sentido de cobrar investimentos/melhorias em saneamento básico em cada município, de forma gradativa até o objetivo final de todas as economias domiciliares serem atendidas pelos serviços públicos de saneamento básico.

Fonte:

Claudio Barbieri, FEE, set./2011.

SEGURANÇA PÚBLICA

Arquitetura Institucional da Segurança Pública

São as instituições que atuam no campo da segurança pública, em todo o país, e o arranjo formal que limita, impõe e dita os termos de suas interações, estabelecendo também as condições nas quais dar-se-ão as conexões entre elas e as instituições que não pertencem ao campo específico da segurança pública. O arranjo institui um sistema que não é autosuficiente, uma vez que complementa e é complementado por outras instituições e estruturas institucionais, como a Justiça criminal e o sistema penitenciário. Além disso, harmoniza-se com o ordenamento federalista brasileiro, em cujo âmbito aos estados e municípios atribui-se autonomia relativa. Assim, a arquitetura institucional da segurança pública, desenhada pela Constituição federal, envolve a distribuição de responsabilidades e autoridade entre a União e os entes federados, assim como a identificação dos atores institucionais, sobretudo as polícias.

Ciclo Completo

Refere-se ao conjunto de tarefas constitucionalmente atribuídas às instituições policiais, as quais envolvem a investigação criminal e o trabalho ostensivo, uniformizado, preventivo. No caso brasileiro, o modelo policial previsto pela Constituição veda que à mesma instituição policial, com exceção da Polícia Federal, seja conferida a responsabilidade de cumprir o ciclo completo.

Desmilitarização

Não se trata de um conceito nem mesmo de uma categoria cujo significado seja consensual. Desmilitarizar significa libertar a polícia da obrigação de imitar a centralização organizacional do exército, assumindo a especificidade de sua função: promover com equidade e na medida de suas possibilidades e limitações, a garantia dos direitos dos cidadãos e das cidadãs. As implicações desta mudança alcançam diversas dimensões, como aquelas indicadas pelos que postulam a desmilitarização a partir de considerações não-organizacionais.

Estado democrático de direito

O Estado democrático de direito é um complexo de instituições, divididas entre três esferas de poder – Executivo, Legislativo e Judiciário — regidas pela Constituição Federal de 1988, a qual, embora expressando a vontade majoritária da população, compromete-se a respeitar as minorias.

Gestão da Segurança Pública

Refere-se à orientação prática e administrativa do conjunto das instituições que atuam no campo da segurança pública, às quais cumpre executar a política

definida pela secretaria de segurança ou entidade análoga. Portanto, a gestão operacionaliza as decisões políticas superiores, adotadas no âmbito da secretaria, fazendo com que as máquinas institucionais funcionem de modo a realizar os objetivos estipulados pela política de segurança, do modo mais adequado ao cumprimento desses objetivos, respeitados os princípios constitucionais.

Guarda Municipal

Os municípios, segundo o artigo 144 da Constituição Federal, poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei. Observe-se que esta definição constitucional não corresponde à realidade que se observa no Brasil contemporâneo, na qual há centenas de Guardas Municipais que atuam como entidades análogas às instituições policiais, particularmente às polícias militares. Fazem muito mais do que proteger bens, serviços e instalações municipais. Para isso, foi criada a Lei 13022 de 2015 que regulamenta as atividades das Guardas Municipais no Brasil.

Modelo Policial

É a definição constitucional das características organizacionais, de suas inter-relações e das funções conferidas às polícias, enquanto atores inscritos na arquitetura institucional da segurança pública. No caso brasileiro, o modelo prevê a existência de duas polícias federais e duas polícias em cada estado e no Distrito Federal, uma civil, outra militar, à primeira cabendo a investigação criminal, à segunda, a prevenção e a preservação da ordem pública.

Ordem Pública

Segundo o artigo 144 da Constituição federal, “a segurança pública é dever do Estado e direito, e responsabilidade, de todos, sendo exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através das polícias e do corpo de bombeiros”. É possível ir além do texto constitucional citado acima, adotando uma perspectiva mais sociológica do que jurídica. Ordem pública, deste ponto de vista, pode ser interpretada como a correspondência (aproximada ou tendencial) entre os padrões normativos identificados na descrição objetiva das relações sociais cotidianas e os parâmetros legais e valorativos fixados na Constituição.

Polícia Civil

Afirma a Constituição Federal, em seu artigo 144, que às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

Polícia Federal

Segundo a Constituição federal, em seu artigo 144, a polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

Polícia Militar

De acordo com o artigo 144 da Constituição federal, às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública. As polícias militares são forças auxiliares e reserva do Exército, e subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

Polícia Rodoviária Federal

Diz o artigo 144 da Constituição federal que a polícia rodoviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

Polícia

Tem o monopólio do uso legítimo da força definida pelo Estado democrático de direito, autorizado pela vontade popular, circunscrita pelo respeito às minorias; exercido por meio de instituições específicas: as Forças Armadas, quando a força, real ou potencial, aplica-se para defender o território e a soberania nacionais, contra ameaças externas; as Polícias, quando a força, real ou potencial, aplica-se para garantir a fruição, pelos cidadãos, de seus direitos, ante a iminência de violações, ou para detê-las, quando em curso, ou para preveni-las e contribuir para reparar seus efeitos, por meio da participação nos mecanismos de persecução criminal.

Política Criminal

É o conjunto das decisões legislativas que classificam determinadas práticas como criminosas, vedando-as e as tornando alvo de políticas de segurança ou, mais especificamente, de ações policiais e judiciais, que envolvem sanções e penalizações. Assim como as políticas públicas formuladas e aplicadas pelo poder executivo, a política criminal, estipulada pelo poder legislativo e implementada pelo poder judiciário – uma vez empreendida a persecução criminal na esfera policial, isto é, do executivo –, enfrenta o dilema dos efeitos perversos. Por exemplo, se a vontade dos legisladores é proibir o acesso da população a determinadas substâncias psicoativas – ou inibir este acesso e reduzir o consumo, não alcançará necessariamente seus objetivos se declarar

proibido o acesso. Fazendo-o pode, em vez de obter o resultado esperado, estimular práticas criminosas muito mais graves, além de ferir princípios matriciais da Constituição. Portanto, a política criminal não pode cingir-se a expressar dogmas, crenças, convicções e valores. Se pretende ter compromisso com as consequências que deseja produzir, tem de antecipar os efeitos de sua aplicação, quando as normas criadas atravessarem as teias complexas e dinâmicas do social.

Política de Segurança

É um conjunto sistemático de programas, projetos e ações (de natureza preventiva e/ou repressiva, no sentido que a persecução criminal confere ao termo) – concebidos a partir de diagnósticos continuamente revisados, atualizados e monitorados com base em avaliações dos resultados obtidos — a serem empreendidos pelas polícias e pelas demais agências que funcionam sob a autoridade da secretaria de segurança pública (ou de entidade análoga), os quais serão executados em consonância com os marcos legais vigentes, visando à efetivação prática, tão plena quanto possível, da garantia constitucional de acesso universal e equitativo dos cidadãos a seus direitos individuais e coletivos.

Segurança Pública

Segurança pública é a estabilização, e a universalização, de expectativas favoráveis quanto às interações sociais. Ou, em outras palavras, segurança é a generalização da confiança na ordem pública, a qual corresponde à profecia que se auto cumpre e à capacidade do poder público de prevenir intervenções que obstruam este processo de conversão das expectativas positivas em confirmações reiteradas. Compreende-se, neste contexto, por que a postura dos policiais é tão decisiva: seu foco não são apenas os crimes, sua prevenção, ou a persecução criminal, mas também o estabelecimento de laços de respeito e confiança com a sociedade, sem os quais a própria confiança nas relações sociais dificilmente se consolida. Ordem tem menos a ver com força ou repressão do que com vínculos de respeito e confiança.

Fonte:

Resumo do texto de Luís Eduardo Soares, contexto da Segurança Pública.
Disponível em: < <http://www.luizeduardosoares.com/> >.

REDE DE OBSERVATÓRIOS

Observatório das Realidades e das Políticas Públicas do Vale do Sinos –
ObservaSinos
Observatório Juvenil do Vale dos Sinos – OJV
Observatório da Cidade de Porto Alegre – ObservaPOA
Observatório Unilasalle: Trabalho, Gestão e Políticas Públicas
Observatório Socioambiental em Segurança Alimentar e Nutricional – OBSSAN
Observatório Nacional de Justiça Socioambiental Luciano Mendes de Almeida
– OLMA
Observatório de Segurança de São Leopoldo
Observatório das Metrôpoles – Núcleo Porto Alegre
Observatório de Políticas e Ambiente – ObservaCampos
Observatório Estadual da Segurança do Estado do Rio Grande do Sul
Observatório da Agenda Social da ONU do Rio Grande do Sul
Observatório da Segurança Pública de Canoas
Observatório de Políticas Públicas da Região do Complexo Petroquímico do
Rio de Janeiro
Observatório do Desenvolvimento Territorial de Viamão e Entorno
Sindicato dos Sociólogos do Rio Grande do Sul – SinSociólogos-RS